



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
Rua Barão de Mauá, 30 – Jucutuquara – 29040-860 – Vitória/ES

**Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação  
Educação Especial Inclusiva**

Vitória/ES, 2019

**Reitor**

Jadir José Pella

**Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

André Romero da Silva

**Diretor de Pós-graduação**

Pedro Leite Barbieri

**Diretora do Cefor**

Mariella Berger Andrade

**Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação do Cefor**

Márcia Gonçalves de Oliveira

**Comissão de Elaboração do PPC**

Larissy Alves Cotonhoto

Lidiane Leite Vasconcelos

Yvina Pavan Baldo

**Coordenação do Curso**

Larissy Alves Cotonhoto

**Assessoramento Pedagógico**

Luciane Lacerda Ferreira

## 1. Identificação do Curso

<b>1.1. Nome do curso:</b>		
Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva		
<b>1.2. Código/Área do conhecimento:</b>		
70800006 – Educação (Grande área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos)		
70807051 - Educação Especial		
<b>1.3. UA<sup>1</sup> Responsável:</b>		
Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) / Reitoria		
<b>1.4. Carga horária total<sup>2</sup>:</b>	<b>1.5. Duração (meses):</b>	<b>1.6. Número de vagas:</b>
240h	4	40
<b>1.7. Modalidade:</b>	<b>1.8. Polos (nº de vagas):</b>	<b>1.9. Outras Instituições participantes:</b>
( ) presencial ( ) semipresencial (x) a distância	Cefor (40)	(quando houver)
<b>1.10. Período previsto para realização do curso<sup>3</sup></b>		
( ) Oferta Única (informar data de início e término) (x) Oferta Regular – Oferta semestral a partir de 2020/2		
<b>1.11. Vínculo a Programa ou Projeto de Extensão, ou à ação do âmbito do Ensino, da Pesquisa, da Pós-graduação ou do Desenvolvimento Institucional</b>		
( ) não	(x) sim, identificado abaixo: <b>Modalidade:</b> ( ) Programa de extensão em Rede (x) Programa de extensão ( ) Projeto de extensão ( ) Projeto de pesquisa ( ) Programa de pesquisa (x) Programa de pós-graduação ( ) Outro: <b>Título:</b> Educação Especial Inclusiva: ações colaborativas <b>Número de Processo de Cadastramento:</b> 23147.003202/2019-62	

<sup>1</sup> UA – Unidade Administrativa: Campus, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.

<sup>2</sup> Mínimo 180 horas (não podendo atingir 360 horas). ROD da Pós-graduação artigo 54.

<sup>3</sup> Para saber sobre oferta regular e oferta única, consulte ROD da Pós-graduação artigo 42

## **2. Caracterização da Proposta**

### **2.1. Apresentação e Contextualização Educacional**

Desde 2007, o Ifes oferta cursos a distância por meio dos programas federais do Sistema Universidade Aberta do Brasil (Decreto nº 5.800/2006) e da Rede e-Tec Brasil (Decreto nº 7589/2011) e, a partir de 2014, também com recursos próprios. As primeiras ofertas de cursos a distância no Ifes foram gerenciadas pelo Centro de Educação a Distância (Cead), criado em 2006 para dar suporte às ações de EaD no Instituto. Em 2014, o Cead foi transformado em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), por meio da Portaria 1.602, de 11 de agosto de 2014. Uma das principais metas do Cefor é a institucionalização da EaD por meio da oferta de cursos sem fomentos externos, consolidando ainda mais essa modalidade no Instituto, e o uso de tecnologias na educação, inclusive na educação presencial. Assim, o Cefor, além de continuar apoiando as propostas de formação a distância no Ifes, passou a ofertar seus próprios cursos voltados para a formação dos profissionais da educação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes 2014-2019, o Cefor possui as seguintes atribuições: promover a integração sistêmica com os campi, para a consolidação das políticas institucionais de apoio à EaD e de formação inicial e continuada de professores e servidores técnico-administrativos em educação; ofertar cursos, nos diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e servidores técnico-administrativos em educação (BRASIL, 2014).

Dentre os objetivos do Cefor, destacamos: promover o ensino, a pesquisa e a extensão voltados para a formação de docentes e técnico-administrativos da educação, em diferentes níveis e modalidades, bem como o uso das tecnologias educacionais; apoiar a oferta de componentes curriculares a distância e/ou o uso das tecnologias da informação e comunicação nos cursos ofertados pelo Ifes; incentivar a utilização das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem; promover formações com a finalidade de propiciar o aprimoramento de discentes, docentes, profissionais envolvidos com a modalidade a distância e técnico-administrativos da educação; ofertar cursos, em diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação.

Os cursos de pós-graduação destinados ao aperfeiçoamento profissional visam à melhoria de desempenho numa específica ocupação, a fim de atender às exigências do contexto em que esta se insere. Dessa forma, o curso de aperfeiçoamento oferecido como tipo de pós-graduação deve assumir sua condição de degrau na escala do processo de educação continuada e não equivale ao curso de especialização.

O curso de aperfeiçoamento oferecido “após a graduação” pode ocupar-se de campos específicos da atividade profissional, inclusive a docente, com carga horária mínima de

180 horas, conferindo a seus concluintes certificado, desde que expedido por instituição de educação superior devidamente credenciada e que ministrou efetivamente o curso.

Esclarecido sobre a modalidade do curso aqui pretendido, o presente projeto refere-se a uma proposta de um Curso de Pós-Graduação Aperfeiçoamento, em sua primeira oferta na modalidade a distância, haja vista que as duas ofertas anteriores, presenciais, vinham acompanhadas de uma procura contínua pelo curso à distância.

O projeto inicial nasceu de uma demanda regional de formação de profissionais para atuar na área da Educação Especial Inclusiva e se apoia no princípio educacional adotado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que favorece e incentiva a criação de políticas para a educação profissional, científica e tecnológica, tendo como base “a integração e articulação entre ciência, tecnologia, cultura e trabalho e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, elementos essenciais para as vertentes educação e trabalho em busca de novas políticas de inclusão e transformação social, desenvolvimento socioeconômico e sua sustentabilidade” (IFES, 2014, p. 41).

O projeto de curso aqui apresentado coaduna com a concepção de educação institucional que, por sua vez, encontra-se em consonância com as políticas nacionais para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Portanto, o curso prevê a oferta de uma educação e formação que discuta, que planeje e que institua ações educativas em relação à diversidade e à inclusão em diferentes âmbitos sociais, em especial na educação. Mantém, assim, uma preocupação social e educacional que reconhece e valoriza o tema da diversidade, o que permitirá o desenvolvimento de ações que minimizem práticas sociais discriminatórias e excludentes, uma vez que “Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer a diferença, mas construir caminhos possíveis para o convívio democrático” (IFES, 2014, p. 43).

Ainda respeitando o PDI (IFES, 2014), o curso pretendido se compromete a privilegiar a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que concebe o movimento mundial pela educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Dessa forma, o curso almeja uma formação crítica e propositiva de profissionais da educação, para que atuem de maneira responsiva e inclusiva, oferecendo educação de qualidade a todos os alunos, reconhecendo e respondendo às suas diversas necessidades, respeitando todos os estilos e ritmos de aprendizagem, por meio de um currículo flexível e apropriado, de arranjos organizacionais, de estratégias de ensino, do uso de recursos especiais e do processo seletivo acessível, com o envolvimento de todos os agentes da comunidade escolar (IFES, 2014, p. 44).

O curso tem o compromisso de atender às orientações do Ministério da Educação (MEC). Este desenvolve uma política de educação inclusiva que pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, implementa diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos

aos alunos público-alvo da Educação Especial, visando a complementação da sua formação e não mais a substituição ao ensino regular.

Consideramos que para atuar na educação tanto na modalidade da educação especial, como na educação básica regular, o profissional da educação, em especial o professor, deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. A proposta de formação do curso possibilitará ao cursista a atuação na educação em uma perspectiva inclusiva, em especial no atendimento educacional especializado, uma vez que visa alcançar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos e nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação básica, profissional e superior, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Assim, trata-se de uma proposta de oferta regular, de periodicidade semestral, de formação continuada sobre Educação Especial Inclusiva, cuja finalidade é contribuir para a capacitação de graduados da área de Educação e afins, acerca dos temas: aprendizagem, processos de patologização da aprendizagem e do ambiente escolar, práticas e ações educativas na e para a Educação Especial, bem como o conhecimento sobre a literatura especializada que favorecerá a atuação e atualização dos participantes. Espera-se, ao final, formar profissionais que possam desenvolver ações de inclusão para pessoas com deficiência e com queixas escolares na educação básica, ensino técnico, graduação e pós-graduação.

## **2.2. Justificativa**

Tendo em vista o direito à educação do ensino básico ao ensino superior (Brasil, 1996) e o crescente ingresso de pessoas com necessidades específicas nos contextos educacionais, este curso pretende abordar temas, conhecimentos e práticas que favoreçam os processos de ensino-aprendizagem frente à chegada destes educandos nos diversos níveis de ensino. Para atender essa demanda crescente, tem se tornado uma necessidade formar profissionais que entendam o processo legal, teórico e prático das ações inclusivas frente ao cenário educacional brasileiro. Para tanto, o curso pretende fomentar discussões que possibilitem ações e práticas educativas frente ao público da educação especial inclusiva.

Trata-se de uma demanda identificada no transcurso de dois cursos de Formação Inicial e Continuada em Inclusão e Educação Especial, assim como de uma procura crescente pelo curso de Formação Inicial e Continuada sobre Aprendizagem, Despatologização e Medicalização da Educação. A procura pelos referidos cursos e a solicitação de um curso com carga horária superior a 90 horas, abordando temáticas essenciais para aqueles que atuam na área, impulsionou a elaboração dessa proposta de Curso de Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva.

O curso assume o compromisso de discutir os fundamentos filosóficos, legais, históricos e pedagógicos da Educação Especial, que tem sido uma exigência de uma sociedade cada

vez mais inclusiva e atuante. Retomar a história dessa modalidade de ensino e os avanços científicos que transformam a humanidade ao longo do tempo é um dos caminhos e desafios impostos. Assim sendo, o presente projeto aborda os fundamentos teóricos da aprendizagem e do desenvolvimento, queixas escolares, patologização e medicalização da aprendizagem, fundamentos filosóficos, históricos e legais da Educação Especial, conceitos como identidade, diversidade e barreiras atitudinais, as especificidades do público-alvo da Educação Especial, currículo e adequações curriculares, práticas pedagógicas inclusivas, avaliação, Atendimento Educacional Especializado e acessibilidade e tecnologias.

### **2.3. Objetivo Geral**

Atender à demanda de aperfeiçoamento profissional para a implementação efetiva da educação especial inclusiva a partir da análise crítica sobre os aspectos legais, psicossociais e pedagógicos que interferem no processo de escolarização e aprendizagem do público-alvo da educação especial.

#### **2.3.1. Objetivos Específicos**

- Apresentar fundamentos legais, teóricos e práticos sobre a Inclusão;
- Refletir sobre a interface ensino e aprendizagem do público-alvo da educação especial;
- Analisar a produção de patologização da educação;
- Analisar os processos de invisibilização e inclusão presentes no cotidiano escolar a partir das práticas pedagógicas;
- Oportunizar grupos de trabalho com vistas ao aprimoramento das práticas educacionais inclusivas;
- Formar profissionais para trabalhar com a inclusão escolar a partir do atendimento educacional especializado.

### **2.4. Metodologia**

O Curso será desenvolvido a distância, com o acompanhamento do professor mediador, mas prevê dois encontros presenciais. No ambiente virtual de aprendizagem Moodle serão exploradas: leituras indicadas, participação nos fóruns de discussão, atividades dirigidas à distância, relatos de experiência, planejamento de aulas com uso de tecnologias, elaboração de um projeto de intervenção.

Nos encontros presenciais serão realizadas atividades como apresentação de trabalhos e práticas das disciplinas.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados

recursos e atividades síncronas e assíncronas do AVA. No AVA serão exploradas: solução de problemas, participação nos fóruns de discussão, atividades dirigidas à distância, relatos de experiência, planejamento de aulas com uso de tecnologias. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

## **2.5. Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação**

A avaliação deve permitir ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançando no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do estudante feita pelo professor será somativa, considerando o processo de construção do conhecimento. Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular. As atividades avaliativas serão à distância e presencial: à distância, por meio do ambiente virtual de aprendizagem Moodle ou outras ferramentas digitais associadas a este; presencial, por meio de apresentação de trabalho final do curso.

Os resultados serão quantificados em notas de uma escala de 0 a 100 estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final, em cada componente curricular, de, no mínimo, 60 pontos. Para fins de recuperação de resultado final das disciplinas, o aluno poderá ser submetido a um período de recuperação, definido pelo professor, dentro da previsão de fechamento das pautas. O aluno que não atingir os 60 pontos de aproveitamento terá a sua matrícula cancelada, conforme o Regimento dos Cursos de Pós-graduação do Ifes.

Para receber o certificado, o aluno deverá ser aprovado em todos os componentes curriculares do curso.

## **2.6. Público-alvo**

O curso destina-se, conforme prevê o Artigo 1º §1º da Resolução CNE nº 1/2018, aos profissionais da educação diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências previstas em edital.

## **2.7. Perfil do Egresso**

Os egressos deverão demonstrar habilidade para atuar em contextos escolares e não escolares, voltados para Educação Especial Inclusiva, tendo em vista a legislação referente a esta temática.

## **2.8. Infraestrutura**

O curso será ofertado pelo Cefor/Ifes e ministrado a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na plataforma Moodle.

Quanto à infraestrutura física, o Cefor prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras

arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille. Está prevista a elaboração de um projeto arquitetônico e colocação de piso tátil para melhorar a mobilidade e a segurança de pessoas cegas ou com baixa visão que transitam pelo Cefor.

## **2.9. Formas de Acesso para PPI e PcD**

Quanto aos requisitos e formas de acesso para ações afirmativas, no que se refere a candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e Pessoas com Deficiência (PcD) serão respeitadas as disposições institucionais em relação às políticas afirmativas, o que vai depender da instalação de uma comissão específica para tal finalidade, no momento de abertura do processo seletivo. Assim, as políticas de ações afirmativas no âmbito do curso proposto serão contempladas no Edital de Seleção, conforme Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 10/2017 e Orientação Normativa PRPPG Nº 01/2019, de 9 de agosto de 2019.

A Resolução do Conselho Superior nº 202/2016 que dispõe sobre a Política de Educação para relações Étnico-Raciais do Ifes prevê, conforme estabelecido desde a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que o critério de raça é considerado autodeclaratório, mas uma comissão especial precisa ser criada, segundo o Art. 2º da Orientação Normativa MPOG nº 3, de 1º de agosto de 2016, tendo como finalidade verificar a veracidade da autodeclaração. Para os trabalhos dessa comissão especial são recomendados procedimentos por meio de entrevista e considerações apenas dos aspectos fenotípicos dos candidatos.

O curso de **Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva** prevê a garantia de condições de acessibilidade aos seus discentes com necessidades específicas, o que significa viabilizar a equiparação de oportunidades em todas as esferas da vida. Conforme observa a Resolução do Conselho Superior CS nº 34/2017, em seu Art. 1º, entende-se por “Aluno com Necessidades Específicas” o equivalente previsto em legislação educacional por aluno público-alvo da Educação Especial, a saber:

- I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade e em igualdade de condições com as demais pessoas;
- II. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Atualmente está englobado no transtorno de

espectro autista, classificando-se como leve, moderado ou grave;

- III. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles identificados com um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Tanto os documentos institucionais do Ifes (Resoluções e Pareceres) como o presente projeto tomam como referência a Lei nº 13.146/15 (Brasil, 2015), mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma vez que este documento traz consideráveis mudanças no que tange os direitos das pessoas com deficiência, sendo que o primeiro deles é retomar o conceito desse público em específico. Na Lei, art 2º, pessoa com deficiência é

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A partir das orientações legais e das referências científicas na área, foi definido, institucionalmente, que uma via pela qual são discutidos e desenvolvidos planos e projetos de inclusão e acessibilidade é o Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. De acordo com o Regulamento Interno do Ifes (Portaria nº 1.063/2014), o “Napne tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos”. Desde sua criação, o Napne tem discutido e proposto ações que visem a desenvolver práticas inclusivas na instituição, sejam práticas pedagógicas, de acessibilidade física e atitudinais.

Assim, todas as questões que envolvem acessibilidade e atendimento educacional especializado no Cefor, assim como nos demais campi do Ifes, contam com a colaboração dos profissionais que compõem o Napne para discussão, problematização, proposição e desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas na educação presencial e a distância.

O Cefor possui um plano de promoção de acessibilidade organizado a partir de um diagnóstico realizado pela Comissão de Acessibilidade na Educação a Distância do Instituto Federal do Espírito Santo – Fórum dos Napnes do Ifes – criada pela Portaria nº 920/2013 e alterada pela Portaria nº 2.148/2013. Segundo essa política, a promoção da acessibilidade envolve: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e de desenho universal, cujo objetivo é garantir acesso, permanência e participação do público-alvo da educação especial na IES.

Em síntese, de acordo com a Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para alunos de cursos a distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2014) e das Resoluções do Conselho Superior nº 34 e 55/2017, o

acompanhamento dos alunos com necessidades específicas no Ifes envolve as seguintes ações:

- identificar o aluno com necessidades específicas no processo seletivo, durante a matrícula ou por identificação do professor;
- garantir todos os recursos de acessibilidade ao aluno com necessidade específica no processo seletivo: materiais, apoio e infraestrutura;
- informar aos alunos sobre os apoios institucionais existentes, como o Napne;
- propor e instruir procedimentos educacionais diferenciados à coordenação do Curso de acordo com as necessidades específicas identificadas;
- discutir, incentivar e apoiar o aluno sobre estratégias de enfrentamento das dificuldades relatadas, seja por meio de orientação ao aluno, professores ou com o auxílio sistematizado de um profissional da área de educação especial;
- orientar e acompanhar os docentes que atuam diretamente com o aluno esclarecendo e propondo alternativas para o processo ensino-aprendizagem, conforme Portaria nº 34 e 55 (2017);
- orientar professores e tutores sobre a adoção de procedimentos avaliativos flexíveis e com adequações tanto na elaboração, produção e correção das atividades. As correções deverão respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial. Os tutores receberão material com esclarecimentos quanto à forma de tratamento, vocabulário e outras informações relacionadas ao estudante que estiver matriculado.

<b>2.10. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas (quando houver):</b>
Não se aplica
<b>2.11. Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio:</b>
Não se aplica

### 3. Equipe

<b>Nome:</b>		<b>Função na equipe:</b>	
Larissy Alves Cotonhoto		Professora e coordenadora	
<b>Vínculo Ifes<sup>4</sup></b>	<b>Situação<sup>5</sup></b>	<b>UA ou instituição de origem</b>	<b>CH dedicada ao curso</b>
Docente (DE)	Ativo	Cefor/Reitoria	6h
<b>Link Currículo Lattes:</b>			
<a href="http://lattes.cnpq.br/5973420305050319">http://lattes.cnpq.br/5973420305050319</a>			
<b>Resumo Currículo Lattes:</b>			
<p>Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994), Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012), mestrado em Psicologia Escolar pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pós-doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufes. Tem experiência na área de Psicologia e Educação, com ênfase em Desenvolvimento, Aprendizagem, Formação de Professor, Educação Especial, atuando principalmente com os seguintes temas: aprendizagem, desenvolvimento, formação de professores, educação especial, avaliação psicopedagógica, jogos e brincadeiras.</p>			

<sup>4</sup> Docente (20h, 40h ou DE); Técnico Administrativo; Discente; Outro.

<sup>5</sup> Ativo; Aposentado; Licenciado.

<b>Nome:</b>		<b>Função na equipe:</b>	
Lidiane Leite Vasconcelos		Professora	
<b>Vínculo Ifes</b>	<b>Situação</b>	<b>UA ou instituição de origem</b>	<b>CH dedicada ao curso</b>
Docente (DE)	Ativo	Cefor/Reitoria	6h
<b>Link Currículo Lattes:</b>			
<a href="http://lattes.cnpq.br/3118461418563683">http://lattes.cnpq.br/3118461418563683</a>			
<b>Resumo Currículo Lattes:</b>			
<p>Mestre em Psicologia Institucional e graduação em Psicologia pela Ufes. Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), com lotação no Centro de Referência em Formação e Educação à Distância (CEFOR). Leciona nos cursos de Pós-Graduação em Práticas Pedagógicas e de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais e no curso de Formação Continuada "Aprendizagem, (Des) Patologização e Inclusão". É vice-líder do grupo de pesquisa Labtec (Laboratório de Tecnologias Educacionais) do Ifes.</p>			

<b>Nome:</b>		<b>Função na equipe:</b>	
Sanandreaia Torezani Perinni		Professora	
<b>Vínculo Ifes</b>	<b>Situação</b>	<b>UA ou instituição de origem</b>	<b>CH dedicada ao curso</b>
Docente (DE)	Ativo	Ifes- Santa Teresa	6h
<b>Link Currículo Lattes:</b>			
<a href="http://lattes.cnpq.br/7401761001831492">http://lattes.cnpq.br/7401761001831492</a>			
<b>Resumo Currículo Lattes:</b>			
<p>Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017), possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013), graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas pela Faculdades Integradas Castelo Branco (2002). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo, atuando nos cursos técnicos integrados, bacharelado, licenciatura e pós-graduação - especialização. Atuou como Diretora de Ensino no Ifes Centro-Serrano, Santa Maria de Jetibá-ES de fevereiro de 2015 a 2019. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Inclusão-GEPEI-UFES.</p>			

<b>Nome:</b>		<b>Função na equipe:</b>	
Yvina Pavan Baldo		Professora	
<b>Vínculo Ifes</b>	<b>Situação</b>	<b>UA ou instituição de origem</b>	<b>CH dedicada ao curso</b>
Docente (DE)	Ativo	Cefor/Reitoria	6h
<b>Link Currículo Lattes:</b>			
<a href="http://lattes.cnpq.br/8466328182785347">http://lattes.cnpq.br/8466328182785347</a>			
<b>Resumo Currículo Lattes:</b>			
<p>Mestre em Informática (2001) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (1998) pela Fundação de Assistência e Educação (Faesa). Atuou no Ensino Superior como professora na FAESA, como coordenadora da Universidade Aberta do Brasil – UAB (2006 a 2009), Diretora de Educação a Distância (2009 a 2014), coordenadora da pós-graduação lato sensu em Tecnologias. Atualmente é professora com dedicação exclusiva no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes atuando em cursos de formação de professores na área de Tecnologias. Tem experiência na área de Computação e Educação, com ênfase em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: uso de tecnologias na educação e aspectos relativos à acessibilidade, os impactos das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, planejamento e implantação de cursos EaD e design educacional.</p>			

<b>Nome:</b>		<b>Função na equipe:</b>	
Luciano Rodrigues Valin		Secretaria acadêmica	
<b>Vínculo Ifes</b>	<b>Situação</b>	<b>UA ou instituição de origem</b>	<b>CH dedicada ao curso</b>
Técnico Administrativo	Ativo	Cefor/Reitoria	5h
<b>Link Currículo Lattes:</b>			
<a href="http://lattes.cnpq.br/6455620464125170">http://lattes.cnpq.br/6455620464125170</a>			
<b>Resumo Currículo Lattes:</b>			
Especialista em Ensino de Filosofia pela Universidade Cândido Mendes, graduado em Filosofia pela UFES (Licenciatura e Bacharelado) e graduando em Letras Português pelo Ifes. Atualmente trabalha na Secretaria Acadêmica do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOP) no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).			

<b>Nome:</b>		<b>Função na equipe:</b>	
Luciane Ferreira Lacerda		Pedagogo	
<b>Vínculo Ifes</b>	<b>Situação</b>	<b>UA ou instituição de origem</b>	<b>CH dedicada ao curso</b>
Técnico Administrativo	Ativo	Cefor/Reitoria	8h
<b>Link Currículo Lattes:</b>			
<a href="http://lattes.cnpq.br/6712058002980875">http://lattes.cnpq.br/6712058002980875</a>			
<b>Resumo Currículo Lattes:</b>			
Mestrado em Linguística (2017) pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), graduação em Letras/Português pela UFES (1996), pós-graduação em Educação, em Estudos Linguísticos e em Educação Profissional Técnica Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Técnica em Assuntos Educacionais do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes.			

#### 4. Matriz curricular

Período	Módulo	Código	Descrição	Teórico / Prática	Presencial / A distância	Professor responsável	Carga Horária
1	1	1	Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem	T / P	A distância	Yvina Pavan Baldo	30h
1	1	2	Fundamentos da Educação Especial e da Educação Inclusiva	T / P	A distância	Lidiane Leite Vasconcelos	60h
1	1	3	Patologização da Aprendizagem	T / P	A distância	Sanandreaia Torezani Perinni	60h
1	1	4	Práticas Pedagógicas na Educação Especial	T / P	A distância	Larissy Alves Cotonhoto	60h
1	1	5	Acessibilidade e Tecnologia	T / P	A distância	Yvina Pavan Baldo	30h
<b>Carga horária total do curso:</b>							<b>240h</b>

## 5. Ementário

<b>Disciplina:</b>	<b>Código</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Presencial / A distância</b>
Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem	1	30h	A distância
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer os fundamentos, características e o histórico da educação a distância;</li><li>• Conhecer a legislação brasileira relacionada à educação a distância;</li><li>• Aprender sobre os recursos da plataforma Moodle dentro da temática do curso.</li></ul>			
<b>Ementa</b>			
Definição de educação a distância e ambiente virtual de aprendizagem. Histórico e legislação da EaD. Organização de estudos e autonomia do aluno. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Temas atuais em EaD e Educação Especial.			
<b>Conteúdo</b>			
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Legislação para EaD. Organização de estudos para a modalidade a distância. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle, recursos e atividades. Temas atuais em EaD e Educação Especial.			
<b>Metodologias e Recursos que serão utilizados</b>			
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.			
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>			
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da			

necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### **Bibliografia Básica**

BEHAR. Patricia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

MOODLE.ORG. Disponível em: <[https://moodle.org/?lang=pt\\_br](https://moodle.org/?lang=pt_br)>. Acesso em: 18 out. 2019.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Uma Visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 398 p.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Sistemas de Aprendizagem On-line**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 433 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.

### **Bibliografia Complementar**

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm). Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Leis de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 18 out. 2019.

CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

PASSOS, M. L.S. et al. **Modelos de Institucionalização de Cursos a Distância em uma Instituição de Ensino Pública**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 23., 2017, Foz do Iguaçu. Anais. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/220.pdf>> Acesso em: 18 out. 2019.

SOUZA, Renato Antonio D. **Multimídia em Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 94 p.

<b>Disciplina:</b>	<b>Código</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Presencial / A distância</b>
Fundamentos da Educação Especial Inclusiva	2	60h	A distância
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentar aos alunos as concepções atuais sobre inclusão, educação especial inclusiva e conceitos como identidade, alteridade, diferença, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais.</li> <li>● Discutir a história da Educação Especial no Brasil e no mundo.</li> <li>● Compreender e discutir as concepções atuais sobre desenvolvimento humano, deficiência e as possibilidades educativas.</li> <li>● Apresentar as especificidades do público-alvo da educação especial (Deficiência Intelectual, AH/SD, Surdez, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Física, Deficiência Múltipla e TGD): caracterização, diagnóstico e atuação.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Educação e exigência ética de uma mudança de paradigma nas sociedades. Os marcos legais da educação especial inclusiva em momentos históricos diferenciados. Conceitos como identidade, diferença, diversidade e barreiras atitudinais. Desenvolvimento humano: desenvolvimento atípico. O público-alvo da Educação Especial: deficiências, transtornos e altas habilidades.</p>			
<b>Conteúdo</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Educação, Inclusão e Ética: identidade, diferença, alteridade, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais</li> <li>● A história da Educação Especial: aspectos históricos e científicos</li> <li>● Legislação e Educação Especial</li> <li>● Desenvolvimento humano: desenvolvimento típico e atípico</li> <li>● O público-alvo da Educação Especial: Deficiência, TGD e Altas Habilidades e Superdotação</li> </ul>			
<b>Metodologias e Recursos que serão utilizados</b>			
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>			
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>			
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos</p>			

alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### **Bibliografia Básica**

COTONHOTO, L. A. **Da Exclusão à Inclusão**: Trajetória da Educação Especial. Texto produzido para a disciplina Fundamentos da Educação Especial, do curso Inclusão e Educação Especial.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica**: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

GÓES, Maria Cecília R. de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta K. de; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Orgs.). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p. 95-114.

JESUS, Denise Meyrelles de et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Educação inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. R. **Inclusão, diferença e deficiência**: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/28267>>. Acesso em: 03 Maio 2018.

MICHELS, M. **A formação de professores de Educação Especial no Brasil**: propostas em questão. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017. Disponível em: </03/Livro-Maria-Helena\_Formacao-2017.pdf" >

[http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2018/03/Livro-Maria-Helena\\_Formacao-2017.pdf](http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2018/03/Livro-Maria-Helena_Formacao-2017.pdf)>. Acesso em 21 de maio de 2018.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

### **Bibliografia Complementar**

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial – Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva** [recurso eletrônico]. São Paulo, SP : Cengage, 2016. [Minha Biblioteca]

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. [Minha Biblioteca]

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014. Disponível em:  
<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola** . Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

<b>Disciplina:</b>	<b>Código</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Presencial / A distância</b>
Patologização da Aprendizagem	3	60h	A distância
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilitar a análise crítica sobre os aspectos psicossociais que interferem no processo de escolarização e aprendizagem dos sujeitos.</li> <li>• Analisar a produção de patologização do ambiente escolar e de medicalização da aprendizagem;</li> <li>• Analisar os processos de invisibilização e inclusão presentes no cotidiano escolar.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Aprendizagem e ensino: interfaces. Educação e subjetividade. Normal e Patológico. Patologização do ambiente escolar e medicalização da aprendizagem. TDAH e Dislexia: produção de diagnósticos. Processos de invisibilização e inclusão.</p>			
<b>Conteúdo</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprendizagem e desenvolvimento</li> <li>• A produção do fracasso escolar</li> <li>• Medicalização e patologização</li> <li>• TDAH, Dislexia e outros transtornos do desenvolvimento.</li> </ul>			
<b>Metodologias e Recursos que serão utilizados</b>			
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>			
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>			
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também</p>			

está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### **Bibliografia Básica**

CARVALHO, Diana de. **Psicologia e educação**: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 45-56.

KOLL, Marta de Oliveira. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

MOYSES, M.A.A. **A institucionalização invisível**: crianças que não-aprendem-na-escola. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.

### **Bibliografia Complementar**

ANGELUCCI, C.B.; KALMUS, J.; PAPARELLI, R.; PATTO, M.H.S. **O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002)**: um estudo introdutório. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004.

AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

BAPTISTA, Luiz Antônio. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, I. (Org.). **Psicologia e Educação**: novos caminhos para a educação. RJ: Ciência Moderna, 2001.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. – 4a. Ed.- Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1995.

COLLARES, C.A.L.; MOYSES, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. 2ª ed. São Paulo: Edição da autora, 2015.

KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1273-1288, 2005.

VICTOR, S.L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M de. **Educação especial inclusiva**:

conceituações, medicalização e políticas. Rio de Janeiro: Brasil Multicultura, 2017.

<b>Disciplina:</b>	<b>Código</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Presencial / A distância</b>
Práticas Pedagógicas na Educação Especial	4	60h	A distância
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentar e problematizar o papel do currículo na educação inclusiva.</li><li>• Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças.</li><li>• Discutir a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.</li><li>• Conhecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e debater sobre as atribuições do professor de AEE.</li></ul>			
<b>Ementa</b>			
O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares. Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas. Adequações curriculares e metodológicas. Avaliação no processo ensino-aprendizagem. Conceitos básicos. Práticas avaliativas: diagnóstico, da aprendizagem e processual. O atendimento educacional especializado.			
<b>Conteúdo</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>• O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares: currículo</li><li>• Adequações curriculares e metodológicas</li><li>• Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas</li><li>• Avaliação no processo ensino-aprendizagem</li><li>• Acessibilidade e tecnologias</li><li>• O atendimento educacional especializado</li></ul>			
<b>Metodologias e Recursos que serão utilizados</b>			
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.			
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>			
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas			

diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

### **Bibliografia Básica**

ANACHE, A. A; RESENDE, D. A.R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 66, p. 569-591, Sept. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782016000300569&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000300569&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216630>.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M.. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In.: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). **Educação especial e inclusão escolar**: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

JESUS, D. M; VIEIRA, A. B; EFFGEN, A. R. S. Tensões entre conhecimentos comuns e específicos no processo de escolarização de alunos com deficiência no contexto da inclusão escolar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 61 – 80, maio/ago. 2015. Disponível em:<

<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816312015061>>.

Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, S.P: Junqueira&Marins, 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; BAUMEL, Roseli C. Rocha de C.. Currículo em educação especial: tendências e debates. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 17, p. 125-137, June 2001 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602001000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100010&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.224>.

VICTOR, S.L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M de. **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Rio de Janeiro: Brasil Multicultura, 2017.

### Bibliografia Complementar

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <[2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK> "http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299">. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <\_06/editora/formacao.pdf" [HYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf) "http://abpee.net/homepageabpee04\_06/editora/formacao.pdf"http://abpee.net/homepag eabpee04\_06/ediHYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04\_06/editora/formacao.pdf"tora/formacao.pdf">. Acesso em: 18 de maio de 2018.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. [Minha Biblioteca]

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão** (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola**. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Disciplina:	Código	Carga Horária	Presencial / A distância
Acessibilidade e Tecnologia	5	30h	A distância
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentar e problematizar o papel do currículo na educação inclusiva.</li><li>• Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças.</li></ul>			

- Discutir a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.
- Conhecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e debater sobre as atribuições do professor de AEE.

### **Ementa**

Conceitos relacionados à acessibilidade. Tipos de acessibilidade: Tecnologia Assistiva, Acessibilidade em documentos digitais, Design Universal e Design Universal para Aprendizagem. A mediação pedagógica por meio das tecnologias e sua contribuição para a aprendizagem. Uso das tecnologias na produção de materiais digitais acessíveis.

### **Conteúdo**

- Acessibilidade
- Desenho Universal
- Desenho Universal de Aprendizagem
- Tecnologia Assistiva
- Objetos de Aprendizagem e Softwares educativo

### **Metodologias e Recursos que serão utilizados**

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

### **Avaliação da Aprendizagem**

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme

Lei Nº 13.146/2015.

### **Bibliografia Básica**

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

MOODLE.ORG. Disponível em: <[https://moodle.org/?lang=pt\\_br](https://moodle.org/?lang=pt_br)>. Acesso em: 18 out. 2019.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Uma Visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 398 p.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Sistemas de Aprendizagem On-line**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 433 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.

### **Bibliografia Complementar**

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm). Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 18 out. 2019.

CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e**

**Aprendizagem.** São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

PASSOS, M. L.S. et al. **Modelos de Institucionalização de Cursos a Distância em uma Instituição de Ensino Pública.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 23., 2017, Foz do Iguaçu. Anais. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/220.pdf>> Acesso em: 18 out. 2019.

SOUZA, Renato Antonio D. **Multimídia em Educação a Distância.** São Paulo: Cengage Learning

## 6. Cronograma

O cronograma do curso está organizado conforme a carga horária das disciplinas e considerando uma semana de fechamento entre as disciplinas.

- Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem -
- Fundamentos da Educação Especial e da Educação Inclusiva –
- Patologização da Educação –
- Práticas Pedagógicas na Educação Especial –
- Acessibilidade e Tecnologia –

## 7. Anexos

### 7.1. Minuta do edital.

## Referências

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Seção 1. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso: 23 de janeiro de 2013.

BRASIL, **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm). Acesso: 27 de julho de 2017.

DUARTE, Emerson Rodrigues et al . Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior.**Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 19,n . 2, p. 289-300, Junho 2013 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382013000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200011&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 July 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000200011>.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.

JESUS, Denise Meyrelles de et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

JESUS, D. M.; BAPTISTA,C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara, S.P:

Junqueira&Marins, 2013.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Educação inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.